

A INFLUÊNCIA DA CULTURA PERIFÉRICA NA PRÁTICA E NA POLÍTICA DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO BAIXO AMAZONAS

Adriele Almeida da Rocha ¹

RESUMO

Esse trabalho pretende colocar como objeto de análise uma pesquisa sobre a influência da cultura periférica no processo de ensino e aprendizado de crianças pequenas e na contaminação da prática e políticas pedagógica em uma escola municipal de ensino infantil, localizada na cidade de Parintins, município distante 369 km da capital Manaus no Estado do Amazonas. Essa pesquisa foi desenvolvida durante o processo de estágio obrigatório I na educação infantil com o público alvo de crianças entre 3 anos a 5 anos e 11 meses, onde os alunos do período curso de licenciatura em pedagogia da Universidade Federal do Amazonas-UFAM, detectaram que a compreensão da funcionalidade do espaço escolar infantil e a prática do profissional educador funciona sob uma perspectiva ilusória de humanização, que não condiz com as verdadeiras práticas sociais executadas e fundamentadas durante o processo de graduação, validando que dentro desses espaços a cultura do discriminativo local segue de uma cronologia histórico social atuando como desculpas para descaso com crianças que muitas das vezes tem o ambiente escolar como refúgio e como a única possibilidade de mudança de vida. Para essa pesquisa utilizou-se uma metodologia de pesquisa de campo em observação participante com abordagem qualitativa onde se tem como ferramenta metodológica, o acompanhamento cotidiano da rotina do sujeito pesquisado e a conversa informal com profissionais educadores da instituição, onde fundamenta-se através de referencial teórico com fundamentos assegurados em obras bibliográficas e documentos de cunho científico.

Palavras-chave: Educação Infantil; Prática Pedagógica; Cultura Periférica.

INTRODUÇÃO

O Art. 2º da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, sucinta que: *A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da Cidadania e sua qualificação para o trabalho.*

Baseando-se na legislação, a disciplina de estágio supervisionado I, cursada durante o 6º período do curso de licenciatura em pedagogia surge

¹ Graduando do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal do Amazonas- UFAM, almeidaadriele76@gmail.com;

² Essa entrevista que se apresenta como resultados obtidos da pesquisa, aconteceu de forma paralela a experiência da Disciplina de Estágio Obrigatório I, sendo permitida e aperfeiçoada ainda dentro do espaço pesquisado pela professora atuante dentro de sala de aula, encarregada pela supervisão da estagiaria, conforme a documentação do estágio comprova. Toda a pesquisa se enquadra dentro das normas éticas de publicação, respeitando a identidade tanto do espaço pesquisado quanto de seus usuários e colaboradores.

com propósito de tencionar a teoria da prática pedagógica que fundamentam o ensino de crianças pequenas e bem pequenas através da observação participativa dentro da escola campo de forma qualitativa com o contato direto no dia a dia dentro das instituições educacionais onde há diferentes práticas didáticas metodológicas, que são colocadas como fundamentos e consideradas ciências que comprovam como deve ocorrer o processo de aprendizado nesse respectivo nível de ensino, porém, poucas práticas são desenvolvidas com real vivência de crianças em áreas periféricas, que pertencem a um grupo social menos favorecido, com o processo de educação empobrecido, simplesmente por motivo de comodismo político culturalmente construído.

Seria fácil dizer e comprovar que a crianças aprende através do meio da socialização, interagindo com o ambiente em que se vive, assim diria a conceituadas ciência do teórico referência na educação infantil Vygotsky, com tudo, é preciso refleti tal colocação a analisar a realidade de crianças que vivem em um ambiente precário, marginalizado, hostil, onde a fome, a agressão, a vulnerabilidade social, o abuso sexual existe e passou a ser considerado algo natural e ignorado por profissionais da educação por mera insatisfação com as políticas de atendimento: O que de fato esse profissional aprende? Que condicionamento de transformação social se assegura dentro desse cenário?

A Priore é o professor é quem tem o papel de intermediário entre o aluno e o conhecimento ofertado, e tal especulação leva-se a indagação de como estão sendo preparados esses futuros profissionais dentro do processo de graduação para lhe dar com casos de crianças que sofrem com a marginalização diariamente, e advém do seu direito de reconstrução de identidade cultural discriminada e impossibilitada graças a descaso com a elucidação do cuidar e educar, autarquia assegurada em Lei como obrigatoriedade conjunta da família e da escola. Talvez esses casos, já tenham se caracterizado como algo normal, pela aculturação criada pela sociedade como características próprias de áreas periféricas, que ultrapassam os portões das residências familiares e chegam a sala de aula, impregnando o espaço

escolar e sujeitando a prática profissional, pelo simples fato da historiografia ocupacional a qual o prédio está localizado.

É preciso que a pedagogia como prática, seja mais enrijecida quando assunto seja lutar pra que haja uma desconstrução de tais aspectos sociais e educacionais construído pela própria cultura da divisão de classes sociais asseguradas no poder econômico onde o próprio sistema de ensino visa a escola como fonte de evolução capitalista, sendo mais flexível quando o assunto for procurar resoluções pra problemáticas sociais que interferem diretamente na sua produtividade como profissional. Pois conforme a *Constituição Federal* atualizada, a educação fundamentada no status da *República Federativa Brasileira* no art. 1º, inciso III “dispõe sobre a dignidade da pessoa humana”, e o art. 3º, inciso III, dispõe que a República fundamenta alcançar através da educação à: “erradicação da pobreza e da marginalização”, “reduzindo desigualdades sociais e regionais.

METODOLOGIA

Essa pesquisa desenvolveu-se a partir de uma metodologia de processo observatório altamente participativo, baseada em uma pesquisa exploratória de prática de campo de abordagem qualitativa desenvolvida durante a disciplina estágio supervisionado I, que teve como objetivo analisar o funcionamento do nível de ensino e aprendizado de crianças de 3 a 5 anos e 11 meses, fundamentada nos pressupostos e eixos que consiste na educação infantil e na realidade vivida dentro de um Centro Educacional Infantil Municipal loteada em área periférica, com atendimento em suas maiores concentrações a sujeitos de baixa renda, com histórico familiar em estado de pobreza e marginalização.

Relevando que a atuação na prática tem uma carga horária de 120 horas, subdividida em 20 horas semanais, e 4 horas diárias de segunda-feira a sexta-feira, com procedimentos metodológicos que consiste em comparar a prática pedagógica da pré-alfabetização como função do profissional educador, nessa instituição em questão, as horas eram classificadas em aulas práticas e a partir de estudo e pesquisas valida-se esses resultados em construção teóricas de cunho bibliográfico que servem como fundamento de análise com

abordagem qualitativa a partir da acessibilidade ao espaço escolar. Conforme Michel (2009, p. 39) tal metodologia, permite o levantamento de pontos de vista, opiniões sobre determinados assuntos, reconhecimento de interesses, o descobrimento de tendências, identificando comportamentos.

Complementando tal abordagem Diehl e Tatim (2004, p. 53) diz que: “A pesquisa exploratória tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vista a torna-lo mais explícito ou a construir hipóteses”. A ferramenta metodológica de pesquisa que qualifica tais hipóteses é conversação informal entre pesquisador observador e pedagogos atuantes nesse espaço escolar, que dentro da ética profissional, estavam em comum acordo com a intensão da pesquisa.

A IMPORTÂNCIA DE EXERCER A PEDAGOGIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A preferência de profissionais formado em pedagogia em CEI (Centro Educacional Infantil), nunca teria sido tão bem esclarecido sem a prática de observação participativa dentro do estágio. Sempre ficou subtendido de porquê não era dada a preferência de profissionais de licenciatura em línguas portuguesa ou matemática, dentro desses espaços, uma vez que se tratava de introduzir as crianças no meio social através da pré- alfabetização, intermediando o ensino e a aprendizagem com a ludicidade.

Perguntava-se cada vez mais, se um profissional de área específica não seria capaz de ensinar de forma lúdica e dinâmica, ou se era incapaz de compreender as etapas de aprendizado que asseguram a educação infantil. Porém, a verdade é que estar na educação infantil, lhes exige bem mais que uma graduação ou uma habilidade de ensinar a partir da ludicidade. Está como profissional da educação infantil, é poder exercer a habilidade psicopedagógica, mesmo que não tenha uma especialização na área. Os conflitos diários vivenciados dentro desse espaço, realmente servem como análise do profissionalismo e como justificativa para a conclusão do porque nem todo profissional professor consegue exercer tal papel de educador nesse nível de ensino em questão.

Profissionais da pedagogia vão além da compreensão dos fatos sociais, eles conseguem exercer a prática baseada em um currículo não apenas pelo currículo, e sim um currículo baseado em fatos externos as paredes escolares, e internos dos sujeitos que estão dentro de um mesmo ambiente, dependentes de uma mesma prática de ação, com conflitos totalmente singular, específico de cada um. Oliveira (2008, sp.) alega que a atuação de profissionais com formação específica em pedagogia é um fator imprescindível para se alcançar uma qualidade educacionais nessa etapa de ensino através das práticas pedagógicas.

Os CEI's situados em áreas periféricas, atendem uma população de características econômica similar, é comum encontrar aquele pai que não tem condições por que não tem um emprego, e aquele que não tem condições por que tem um emprego, como se em todo e qualquer momento os pais e responsáveis fossem negligentes a atenção ofertada ao processo de ensino e desenvolvimento dessa criança, ficando a critério do profissional delimitar que condição é mais essencial para se manter um acompanhamento escolar significativos. São crianças que independente das "Condições" colocadas por seus familiares, passam mais de 7 dias consecutivos sem aparecer em sala de aula, fazendo seu desempenho incapaz, e afetando seu desenvolvimento intelectual e social.

As condições reais, levam a escola a múltiplas problemáticas incapazes de se resolver por outro método, a não ser o de ação de acompanhamento pedagógico interacional e familiar, onde mais uma vez o profissional da pedagogia se faz necessário. São múltiplos casos de abusos que passam despercebidos a olhos de qualquer ser humano, e que aos olhos do pedagogo é perceptível apenas pela forma de interagir com a criança em uma atividade qualquer, ou através da sua reação para com o colega.

Estamos no século XXI, e é intragável a realidade que ainda existe administrações escolares e profissionais educadores que agradecem o poder político pela estrutura que aos olhos da sociedade, como atende áreas periféricas, ela esteja "de bom grado" mesmo em situações precárias de atendimento, a estrutura está conforme o que exige o MEC, porém, o descaso com manutenção do ambiente é real: banheiro sem o mínimo de higiene, sem

papel higiênico, sem água nas torneiras ou descargas, parquinhos sem segurança, permitindo o acesso das crianças a brinquedos quebrados, expostos ao sol quente, pregos e ferrugem, merenda com o mínimo de nutrientes e vitaminas necessárias, sem normas de portaria na entrada e na saída, e a criança ainda é entregue a qualquer pessoa, mesmo sem conhecimento do professor ou controle de carteirinha.

E a pergunta que não se acalma é onde se situa a ação pedagógica dos múltiplos profissionais que assistem esses descasos diariamente? onde encontra-se os princípios pedagógicos de assistência a educação infantil e seus direitos a um ambiente educacional favorável? É coerente afirmar que mesmo no século XXI, a colocação do papel da escola como um espaço de educar e cuidar, é extremamente necessário, pois dentro desse espaço estão sujeitos dependentes de cuidados essenciais para um bom desenvolvimento social, e a LDB destaca que: “ A educação infantil deve pautar-se pela indissociabilidade entre cuidado e educação”.

O profissional da pedagogia, jamais pode se deixar persuadir por politicagem, ou por influência de sentimento de impotência frente a obstáculos enfrentados diariamente, “garantindo e assegurando a qualidade do atendimento em instituições de educação infantil” (Brasil, 2005, p. 17-19). E conforme Freire (1981, p. 31): “Este adentramento crítico na frase proposta, que nos leva à apreensão mais profunda de seu significado, supera a percepção ingênua, que sendo simplista, nos deixa sempre na periferia de tudo o que tratamos”.

RESULTADOS E DISCUSSÃO: A VISÃO DA PRÁXIS E DA POLÍTICA PEDAGOGICA

Dentro da pesquisa executada a conversa que foi registrada em caderno de campo, flui de maneira informal sobre o ponto de vista do pedagogo ou pedagoga que atua assiduamente dentro do centro educacional infantil, serviu como base para entendimento da práxis que se executa de forma contrária as políticas asseguradas em leis que é relevante para o desenvolvimento social de forma articulada com o direito garantido em

relação a Saúde, Assistência Social, Justiça, Direitos Humanos e Diversidade Cultural, temas de legislação social que se deve exercer dentro dos âmbitos educacionais, uma vez que se trata de formar o desenvolvimento das crianças dentro dos valores sociais como o futuro da sociedade. Analisa-se a conversação apresentada, que foi transcrita dentro das veridades comprovadas e articuladas, mantendo a fala original dentro de sua cultura, linguajar e vocabulário regional.

² Comentário 1. Pesquisador:

Esses dias aqui dentro da escola eu pude reparar que a pratica ela diverge em parte da teoria que abordagem educacional que a gente aprende para executar a pratica pedagógica !

Resposta 1. Professora Pedagoga

Não é que diverge, é por que o público desse CEI é um público diferenciado, aqui todas as crianças são daqui da comunidade periférica, a escola tá alocada em área de periferia, então são crianças pobres em termos financeiros que muitas das vezes passam por questões familiares que interferem diretamente no processo de ensino e aprendizado deles.

Comentário 2. Pesquisador

Eu percebi que a maioria das crianças moram com avós, ou tem uma família só de mãe e irmãos, a senhora acha que isso seria uma causa que atrapalha ou de alguma forma retarda o ensino das crianças ?

Resposta 2. Pedagoga

Olha pra te falar a verdade, a maioria dessas crianças aqui tem uma família que não podemos considerar família, tu consegue reparar pela forma como eles chegam na escola, eles são na verdade largados aqui de qualquer jeito, sujos, com fome, muita das vezes sem dormi, as vezes sem material escolar, já recebi criança que estava dois dias sem vim pra aula, apareceu no terceiro dia da semana reatando que não veio por que os a mãe saiu e não voltou e ele ficou com o vizinho. É difícil.

Comentário 3. Pesquisador

Nesses casos, o que vocês como escola costumam fazer, é acionado alguma entidade de proteção à criança ? a escola oferta algum projeto que trabalhe essas questões que essas crianças passam fora da escola?

Resposta 3. Pedagoga

Na verdade é complicado, isso dificulta muito nossa prática educacional né, eu mesma junto da monitora Rosa (nome fictício), a gente costuma fazer uma ação onde a gente pedi de vizinhos e conhecidos, que eles possam doar roupas, sapatos, mochilas, o que eles conseguem arranjar pela casa deles ou de parentes ´para essas crianças, ai a gente junta com as outras professoras do outro 1º ciclo e a do 2º ciclo, e distribuimos pra quem realmente tá precisando.

Quando eu cheguei aqui, a 5 anos atrás, eu vim com esse mesmo pensamento de que eu poderia fazer algo maior, mas com o tempo eu vi que de nada adianta, a realidade deles envolve muita coisa. As vezes até as denúncias são ignoradas antes mesmo de sair da escola.

Comentário 4. Pesquisador

Que tipo de denúncias? Vocês costumam intervir de forma legal? Existe casos que devem ser denunciados ?

Resposta 4. Pedagoga

Existe muitos casos que deve ser denunciado, aqui é uma escola de periferia, acontece de tudo dentro da casa dessas crianças, aqui o que é difícil de achar é crianças que não sofrem abusos, são vários tipos de abusos. Porém nós somos um professor e um monitor por sala, então passa despercebido, as crianças que tu consegue ver que são mais jeitosinhas ou elas tem família estruturada de pai e mãe que trabalham e consegue oferecer uma qualidade melhor, ou são crianças filhas de traficantes que mesmo de maneira errada conseguem se vestir e comer melhor, só que não deixam de viver em ambiente que não é adequado.

Comentário 5. Pesquisador

Então as denúncias não ocorrem por que não tem resultado, não resolução pros problemas dessas crianças .

Resposta 5. Pedagoga

Basicamente isso, por medo, já fomos coagidos dentro da escola, por pais que ameaçaram por que foram denunciados, nós não temos segurança por parte da lei, já teve professor que foi ameaçado na porta da sala de aula, é melhor a gente fazer só mesmo o papel de educador, digo alfabetizar até que eles saiam pra outra escola, tá certo que não temos tanto êxito nesse processo por conta dessas demandas, mais o que podemos fazer?

O que a gente consegue é ajudar, assim tirando do próprio bolso, pedindo ajuda, ofertando a merenda escolar que as vezes mesmo não sendo adequada ainda é o que mata a fome deles.

Comentário 6. Pedagoga

Outro dia o José (aluno fictício), chegou com o nariz quebrado, tu mesma viu, isso foi a mãe, que tem 5 filhos o mais velho de 16 anos, que já tem um histórico bem extenso conosco de agressão dos filhos, já fomos as autoridades, já buscamos ajuda, nada muda, e ela foi uma das mães que acessou o pai da criança dentro do presídio que é envolvido com coisa errada, e mandaram um recado pra professora que denunciou ela, na porta da casa da professora, o José é uma criança extremamente agressiva, e mal educada, não aprende e atrapalha outros coleguinhas, então não podemos fazer muita coisa, a professora chegou a pedir pra trocaram ele de sala e foi o que fizemos. Assim como o José temos muitas outras, então nossos professores só focam mesmo em dar aula e deixamos que a vida siga seu curso. Mas temos alunos excelentes também, turmas que as crianças já conseguem até ler, mais são crianças que graças a deus tem um acompanhamento familiar. É difícil dizer que essas questões não interferem na nossa prática e não nos torna muita das vezes negligente, mas a verdade é que nossa profissão demanda de muita coisa, essa coisa de educar e cuidar voltada pra figura do professor é um grande erro, por que não ganhamos nem uma boa remuneração, nem temos uma profissão de carreira que podemos colher bons frutos no futuro, então porque temos que viver nessa realidade que nos coloca em risco?, não temos não somos obrigados a nada. É melhor ignorar, fazer o papel de educar, e o de cuidar continua como responsabilidade da família mesmo. Até por que nem Estado , nem Município quer saber como anda nosso processo de produtividade, quanto menos barulho melhor, pra todo mundo. Somos negligenciados como escola, como vamos agir diante disso? Somos negligenciados como profissionais, somos negligenciados como sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A infância de fato é uma fase da vida marcada pelas vivências e pelas interações que influenciam diretamente o desenvolvimento social e educacional em que irá se inserir a criança. Trazendo a discussão para o campo da educação, constatamos que o professor é a figura essencial de grande influência dentro das instituições de ensino, que colaboram na construção de personalidades de seres íntegros, críticos, ativos de uma sociedade altamente discriminatória e muita das vezes desprezível, pela contaminação de segregação cultura.

O descaso com escolas de áreas periféricas é uma problemática atuante e real, que necessitam de políticas públicas capazes de solucionar problemas iniciais afim de tornar a sociedade menos cômoda, e discriminativa, capaz de exercer a democracia libertadora, formando pessoas emancipadas pela educação pública e laica. Não ignorar o fato de que as escolas precisam de mudanças administrativas, para que possam revolucionar a ação de cobrança do Estado por uma forma, mas ativa de assistir essas crianças, é a primeira etapa de reconhecimento do papel do profissional educador, papel fundamental da sociedade, e de toda a comunidade escolar.

Passamos por uma dicotomia entre legislação educacional e a ação da pratica profissional, onde há contradições nas vertentes que fundamentam a educação infantil, como: “o educar e cuidar”, “garantir a permanência das crianças na escola” e “proporcionar educação de qualidade independentemente dos perfis socioeconômicos”. É importante salientar que famílias periféricas, também representam uma parte da sociedade, que necessita de acompanhamento e de educação social, para que possam desconstruir uma ideologia de discriminação social, construída historicamente, que afeta diretamente a educação dentro dos espaços escolares.

É hora de agir pedagogicamente, e lutar pelas idealizações de ensino igualitário para uma sociedade justa e altruísta, toda transformação da ação cultural educacional nasce com o propósito de transformação do profissional educador e morre a partir da repressão do mesmo, Freire (1997, p. 12-13) diz que é preciso gritar alto, que a capacidade política criada pela curiosidade do profissional educador, é o melhor instrumento de defesa dos interesses e dos direitos do profissional e de suas crianças, e que a extravagância na contradição de filosofia de profissionais educadores é chocante, que não precisamos ser pacotes de expectativas, ou domesticados por iguais, limitadas apenas na aventura de criar, mas sim, de propagar autonomia escolar, criando crianças livres, críticas e criadoras, capazes de desvendar o mundo, priorizando boniteza dos gastos públicos em áreas de detrimento enfeitadas das periferias, gritando que também são a sociedade, capazes de ensinar e de aprender.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente eu agradeço a Professora Pedagoga em questão, atuante dentro de sala, que não polpou palavras para demonstrar uma realidade existente dentro dos Centros Educacionais Infantis de Periferia. Em segundo lugar, agradeço ao meu curso “Pedagogia” e a todos os conteúdos aprofundados durante o processo de graduação que foram aperfeiçoados com a prática do Estágio Obrigatório. Possibilitando um conhecimento condizente com a realidade peculiar de como se encontra o processo de transformação social dentro do ambiente que mais transforma vidas, a escola.

E por último, não menos importante, eu agradeço a todas as crônicas do 1º e 2º ciclo que me oportunizaram essa experiência de cumplicidade e afetividade, onde doei o melhor de mim como a futura profissional que pretendo me formar.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. LDB – **Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

BRASILIA, DF: **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Presidente da República, 2016.



DIEHL, Astor A; TATIM, Denise C. **Pesquisa em Ciências Sociais Aplicadas: métodos e técnicas.** São Paulo: Prentice Hall, 2004.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade.** 5º ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.

FREIRE, Paulo. **Professora sim, tia não.** São Paulo- Editora Olho d'Água, 1997.

MICHEL, Maria Helena. **Metodologia e Pesquisa Científica em Ciências Sociais.** 2, ed. São Paulo: Atlas, 2009.

OLIVEIRA, Maria Izete de. **Educação Infantil: legislação e prática pedagógica.** São Paulo, 2008.